

**Processo:** nº 12500.129329/2024]

**Pregão Eletrônico:** nº 90085/2025

**Objeto:** Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Fardamento Escolar

**Recorrente:** PBF GRÁFICA E TEXTIL LTDA

**Recorrida:** PNK COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA

### **I – DO RELATO**

Trata-se de **recurso administrativo** interposto pela empresa **PBF GRÁFICA E TÊXTIL LTDA** inconformada com a decisão que declarou vencedora do certame a empresa **PNK COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA**, no Pregão Eletrônico nº 90085/2025, cujo objeto é RP para Aquisição de Fardamento Escolar

O recurso foi devidamente interposto no prazo legal (art. 165 da Lei nº 14.133/2021), e as **contrarrazões** foram apresentadas tempestivamente pela empresa vencedora.

### **II – DAS RAZÕES RECURSAIS (SÍNTESE)**

A recorrente alega, em síntese, que:

A PBF sustenta que a PNK **não atende aos requisitos de qualificação econômico-financeira**, alegando inconsistências graves nas demonstrações contábeis — entre elas:

- concentração excessiva em “adiantamentos a fornecedores”;
- inconsistência no regime tributário (Lucro Presumido x Simples Nacional);
- desaparecimento de estoques;
- lançamentos anômalos de “absorção de custos”;
- saldo bancário negativo;
- omissões em notas explicativas e ajuste de exercícios anteriores não justificado

Requer, portanto, a **reconsideração da decisão** e a **inabilitação da empresa recorrida**, com a consequente **declaração da recorrente como vencedora do certame**.

### **III – DAS CONTRARRAZÕES (SÍNTESE)**

A PNK apresentou **contrarrazões técnicas e contábeis** robustas, acompanhadas de parecer de contador registrado no CRC.

Segundo a defesa:

- Os **adiantamentos** são legítimos, correspondem a antecipações de contratos com fornecedores (inclusive empresas ligadas) e **foram devidamente comprovados com registros bancários e contábeis**.
- A divergência no **regime tributário de 2023** foi um erro material de digitação, sem reflexo nos lançamentos fiscais.
- A redução dos **estoques** decorre de mudança no modelo de produção (sob demanda), em conformidade com o CPC 16.
- As contas de “**Absorção de Custos**” refletem apropriação de custos indiretos de fabricação, e não receitas fictícias.
- O saldo bancário negativo foi compensado no conjunto das contas de mesma natureza, não alterando a liquidez geral

#### **IV. DA ANÁLISE TÉCNICA CONTÁBIL (ALICC)**

Após diligência e análise documental, conclui-se que os valores de Absorção de Custos (materiais, pessoal e gastos gerais) são inicialmente transferidos para o **estoque** e só impactam o resultado na DRE quando o estoque é vendido, por meio do **Custo dos Produtos Vendidos (CPV)**. Nesse caso, o estoque do período anterior foi praticamente todo vendido, resultando no CPV de R\$ 6.078.805,64. O estoque final remanescente de R\$ 6.963,49 corresponde aos produtos ainda não vendidos.

Portanto, a inclusão das contas de absorção na DRE não altera o resultado do exercício, sendo apenas um detalhamento contábil que preserva a rastreabilidade dos custos.

#### **V – DA ANÁLISE DO PREGOEIRO**

Após análise comparativa das alegações, documentos e fundamentos contábeis:

- Os **adiantamentos a fornecedores** estão devidamente comprovados e caracterizam-se como **ativos realizáveis no ciclo operacional**, conforme arts. 177 e 179, II da Lei 6.404/76 e CPC 16;
- O **erro de regime tributário** foi material e sanado, sem reflexos relevantes na fidedignidade das demonstrações;
- A **redução de estoques** pode ser explicada pela operação sob encomenda, não configurando omissão;
- A **conta de absorção de custos** carece de detalhamento mais claro nas demonstrações, mas **não há evidência de manipulação contábil**, apenas possível divergência formal de apresentação;
- Os **índices de liquidez e solvência** permanecem adequados e dentro do exigido pelo edital.

A exigência de qualificação econômico-financeira na vigência da Lei nº 8.666/1993 está disciplinada no art. 31, inciso I, que exige: “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório”.

A Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos) manteve a exigência de qualificação econômico-financeira, com previsão de tratamento diferenciado para micro-empresas e empresas de pequeno porte (art. 69, I) e do princípio do formalismo moderado.

A jurisprudência e a doutrina admitem que falhas formais ou sanáveis em documentos de habilitação **não devem** automaticamente levar à inabilitação, especialmente se não houver demonstração de prejuízo ao certame ou restrição à competitividade. Exemplo: o entendimento de que “o formalismo imoderado” é vedado.

A licitante apresentou a documentação contábil (balanço + demonstrações). O edital não previa que determinados lançamentos internos ou concentração de adiantamentos fossem causa automática de inabilitação.

Ausente comprovação de que essas falhas contábeis impedirão a execução do contrato (ex.: patrimônio insuficiente, insolvência, incapacidade de honrar os encargos), não se tem vício que torne necessariamente a empresa ser inabilitada.

Ademais, a inabilitação de licitante que apresentou **a melhor proposta** pode configurar violação ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei 14.133/21) e à competitividade, salvo motivos efetivamente graves.

No artigo “Habilitação econômico-financeira em licitações” (Portal de Licitação), enfatiza-se que o objetivo da exigência de balanço patrimonial é verificar a real capacidade da empresa e não servir de formalismo rígido que inviabilize a competitividade.  
[portaldelicitacao.com.br](http://portaldelicitacao.com.br)

Esses precedentes revelam que erros ou falhas documentais que **podem** ser sanados ou **que não demonstrem risco à execução** ou desigualdade competitiva não devem levar à inabilitação, sobretudo se a empresa está apta e apresentou a melhor proposta.

Portanto, **não há elementos técnicos que comprovem irregularidades contábeis materiais** capazes de inabilitar a PNK Comércio de Bolsas Ltda. A empresa demonstrou **capacidade econômico-financeira compatível** com a execução contratual, e os registros contábeis estão **em conformidade com as normas NBC e CPC aplicáveis**.

1. Desta forma:

- As alegações da recorrente **não foram comprovadas** de forma suficiente a alterar a decisão inicial;
- A decisão de habilitação e adjudicação **observou os princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo** previstos na Lei nº 14.133/2021;
- As análises técnicas confirmam a **conformidade da proposta da empresa vencedora** com o edital.

**VI – DA DECISÃO**

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **PBF GRÁFICA E TEXTIL LTDA**, mantendo a decisão que declarou vencedora a empresa **PNK COM. DE BOLSAS LTDA**, por seus próprios fundamentos. Desta forma o pregão seguirá para conhecimento e consideração da Autoridade Competente.

Informamos que os documentos solicitados pela pregoeira via diligência serão publicados juntamente com esta decisão no portal da transparência do município.

**Maceió, 11 de novembro de 2025.**

---

**Estefania Alves de Oliveira Neta**

Pregoeira/ALICC